

“Partidárias da Paz”: mulheres comunistas e a utopia de um mundo novo.¹

Viviane Maria Zeni-Leão - UFPR

O início do *estado* da Guerra Fria, conduziu os povos do mundo a viverem às sombras de uma guerra nuclear, suscitando no imaginário de muitas gerações, o medo da *destruição mútua inevitável*.

Preocupado com a hegemonia bélica dos EUA e ciente da situação da URSS, exaurida e arrasada pelos movimentos da Segunda Grande Guerra, em 1949, Joseph Vissarianovitch Djughashvili, o camarada Stálin, assume uma postura tática e defensiva, convocando os Partidos Comunistas a lutarem pela paz, ou melhor dizendo, pela “defesa da URSS sem reservas, sem hesitações [...] porque a URSS é a base do movimento revolucionário mundial”.² Nesse sentido, ao divulgar a mensagem pacifista “*a paz será conservada e consolidada se os povos tomarem nas mãos a causa da paz e a defenderem até o fim*”, o líder soviético incitou os comunistas a lutarem pela concórdia mundial, embora estrategicamente visasse defender a URSS contra as possíveis agressões norte-americanas.

A decantada mensagem inspirou todos os comunistas no combate pela paz, e os homens e as mulheres do Partido Comunista do Brasil — PCB, não fugiram a esta regra, engajando-se com determinação e disciplina no movimento proposto.

Cabe aqui ressaltar, que mesmo com o PCB na ilegalidade e enfrentando a repressão do governo Dutra que rompera relações diplomáticas com os soviéticos e declarara ilegal as manifestações pela paz, os militantes pecebistas aceitaram a política proposta como tarefa central e decisiva.

Assim sendo, realizaram congressos e comícios, fundaram vários comitês pela paz, além de associações nos bairros, fábricas, clubes e sindicatos, com o objetivo de conscientizar os populares sobre as manifestações pela paz e a finalidade dos abaixo-assinados que recolhiam e encaminhavam à ONU, parlamentos, governos entre outras organizações.

Por intermédio da imprensa partidária, o PCB divulgava inúmeras notas e artigos sobre os congressos realizados, dedicando seções especiais para comentários sobre as campanhas. Entre as mais variadas mensagens, pôde-se perceber que o movimento liderado pelas mulheres comunistas, era enfatizado como o mais entusiasta, o que certamente incentivava as militantes a participarem desse processo com dedicação e abnegação.

Importa aqui salientar que, vivendo experiências novas em meio à complexidade do contexto mundial que se delineava a sua frente, as mulheres do PCB acreditavam que ao aderirem ao Partido, adquiriam os conhecimentos necessários, instrumentalizando-se para as transformações. Estas novas experiências conjugadas aos saberes adquiridos no interior da organização, fizeram com que elas se redescobrissem, aceitando-se desta forma, como diferentes. “A mulher comunista era uma mulher comum, só com idéias diferentes das outras, que eram acomodadas em casa”³ afirmou uma militante em sua definição sobre as mulheres do PCB, afirmação aliás, que reflete a relação dialética entre identidade e alteridade, pois a construção da identidade ocorre no interior de contextos sociais, estabelecendo a posição dos agentes sociais, orientando as suas representações e as suas escolhas. Sendo assim, a identidade torná-se um instrumento de articulação entre o psicológico e o social, uma vez que revela as mais variadas interações entre o indivíduo e seu meio social. Em outras palavras, “a identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social, permitindo que ele se localize em um sistema social e seja localizado socialmente.”⁴

Contudo, importa lembrar que, a identidade social não é um apanágio dos indivíduos em si, pois todos os grupos são dotados de uma identidade correspondente à sua definição social. E com base nesta indicação, pode-se sugerir a título de hipótese, que a identidade social dos militantes do PCB, ao mesmo tempo que os identificava com os demais grupos, por estarem todos vinculados a uma mesma Nação, vivenciando contextos semelhantes; os distingüia destes mesmos grupos, devido a sua forma *diferente* de conceber o mundo.

Nesta perspectiva, a identidade cultural entra em cena, como uma forma de categorização da distinção nós–comunistas / eles-capitalistas, fundamentada na diferença cultural,⁵ pois para os homens e mulheres do PCB, a concepção comunista do mundo não só explicava este mundo cientificamente, mas também convidava à sua transformação revolucionária, uma vez que não se limitava a negar o velho e a reconhecer o novo, e sim, exigia ações concretas em nome da criação do novo.”⁶

Assim sendo, os comunistas, acreditavam serem diferentes, certamente superiores aos demais, pois o seu horizonte não estava limitado apenas a combater e destruir a velha sociedade exploradora: eles participavam ativamente do projeto construtor de um mundo novo, baseado na ética do comunismo. Por esta razão, as mulheres do PCB eram incentivadas a participar da vida política, o que definitivamente representava uma novidade para a época. E para tanto, tornava-se necessário ajudá-las a libertarem-se da opressão social, afirmando-se assim, como mulheres e cidadãs.

A partir de 1946, foram criadas em todo o país, as Uniões Femininas com o objetivo de auxiliar o trabalho do Partido na construção do mundo novo, ação que não foi tão simples, conforme constatado na pesquisa realizada. Porém, o que importa aqui considerar, é que as militantes comunistas ao *utopizar* um mundo mais justo, onde não predominasse a tragédia, a impotência e a destruição, encontraram no Partido o apoio evocado por seus desejos de transformações. Em outras palavras, para essas mulheres, tais transformações somente se concretizariam quando todas as pessoas tivessem chances iguais de educação, saúde, habitação, alimentação, salários dignos, justiça, amparo à velhice e à infância, e, no projeto utópico comunista, encontraram o respaldo para as suas pulsões, sobretudo quando organizaram as Uniões Femininas, com o objetivo de lutarem por suas reivindicações na defesa da paz e liberdades democráticas.

Esta conjugação de ações e afetos conduzem à percepção de que a emergência de novas formas de organização comunitária em oposição à organização global vigente é uma das conseqüências mais visíveis das manifestações do imaginário político, uma vez que

reconstituem nos corações e nas consciências, os equilíbrios rompidos, edificando assim, novas certezas.⁷

No artigo redigido por Arcelina Mochel para o periódico *Momento Feminino* pode-se constatar esta indicação, pois atesta além do interesse em solucionar os problemas que afligiam os cidadãos brasileiros, como as comunistas vivenciavam a mitologia política desenvolvida no imaginário pecebista ao lutarem por um governo democrático e popular,.

[...] Os últimos acontecimentos nacionais têm provado que posição tomou a mulher brasileira e, sua coragem, sua energia, sua consciência de luta em prol de justiça humana colocaram-se ao lado da democracia. É que não nos deixaríamos acusar de indiferentes, comodistas num determinado momento em que mais se impõe uma definição. Sabemos que somos uma força ponderável na progressão do país. [...] Nossa combatividade, nossa intransigência à justiça social, torna-se imprescindível junto aos poderes públicos. [...] Temos sede de Lei e uma vez que a possuímos, que a conquistamos, defendê-la-emos com toda a consciência. [...] A mulher [...] coloca-se na vanguarda da luta organizada pela democracia, pela independência, pela lei.⁸

A certeza que o Partido oferecia às comunistas de subjugar um universo social desconhecido e ameaçador possibilitou a essas se enfeixarem em um presente reconquistado, firmando seus pés em um mundo que agora voltava a ser coerente e claramente legível, pois a *leitura imaginária* que cada mitologia política implica permitia ao grupo comunista, devolver a história presente à sua inteligibilidade perdida.⁹

Nesse sentido, as mulheres do PCB continuaram a sua luta, elaborando petições e documentos, organizando conferências, passeatas e comícios, propagando mensagens pacifistas, pois acreditavam que a luta pela paz estava intimamente relacionada aos problemas *mais sentidos* pelos brasileiros, problemas estes decorrentes da última Guerra como, por exemplo: a carestia de vida, o suplício do racionamento e câmbio negro dos gêneros de primeira necessidade, a convocação militar, o trabalho forçado, o congelamento de salários, o desemprego, a miséria e o cerceamento da liberdade.

Entretanto, foi a ameaça de um novo genocídio — representado pelo conflito que opôs o norte e o sul da Coréia e as notícias de que o Brasil enviaria tropas àquela região — que motivou as mulheres do PCB a ampliarem o movimento pela paz, pois defendiam elas, que o terror gerado pela *ortodoxia bélica*, cujos alvos eram mais civis do que militares —

afinal a bomba atômica não havia sido inventada para qualquer outro propósito – deveria ser eliminado. Logo, se o objetivo dos EUA, afetados pelo *sonho de onipotência* era abater o moral da população e do governo coreano através de uma discriminada destruição em massa, cabia aos comunistas combater esta intolerância por intermédio dos apelos pela paz.

Embora as campanhas pacifistas alcançassem alguma publicidade, não conseguiram evitar a intransigência do governo Dutra seguido por Vargas. Muitos comícios foram impedidos de serem realizados ou então dispersados a tiros pela *polícia especial*, vitimando entre muitos *combatentes da paz*, Zélia Magalhães e Angelina Gonçalves. Com base na Lei de Segurança Nacional, encarceramentos foram autorizados e vários processos contra os militantes do PCB foram emitidos, durante as suas manifestações pela paz e defesa nacional.

No afã desta luta, a comunista Elisa Branco, despontou como bandeira e símbolo da paz, ao ser processada e condenada a quatro anos e três meses de prisão por desfraldar uma faixa no desfile militar pela Independência Nacional com os seguintes dizeres: “Os *soldados nossos filhos não irão para a Coréia*”. Muitas campanhas visando a sua libertação foram realizadas pelas mulheres do PCB, pois o gesto de Elisa representava o “clamor unânime das mães brasileiras e de todos os verdadeiros patriotas.”¹⁰

Após um ano e treze dias de detenção, Elisa Branco foi libertada e devido a sua atuação, indicada para receber o Prêmio Stálin da Paz em Moscou. Indicação, aliás, que se constituiu em estímulo para todas as comunistas do Brasil, pois simbolizava o reconhecimento dos seus trabalhos e provas de abnegação na tarefa de preservar a paz, fornecendo-lhes a certeza de que seus esforços não eram infundáveis, além de auxiliá-las no combate as campanhas anticomunistas, que por sua vez, denunciavam a íntima relação entre as *partidárias da paz* e o governo soviético. Em outras palavras, para o grupo anticomunista, as militantes do PCB, entre muitas representações, eram *agentes da Rússia vermelha*, logo a sua luta pela paz possuía como objetivo principal desviar a atenção dos brasileiros da política externa e dos atos agressivos da URSS; e por essa razão, deveria ser

boicotada por não condizer com o apoio dado às Nações Unidas pelo *democrático* governo nacional.

O boicote às campanhas pela paz, gerava alguns problemas para as militantes, sobrecarregando-as em suas atividades, principalmente quando promoviam eventos com o objetivo de ganhar as massas para o movimento, pois tecnicamente realizar Assembléias e Comícios desta envergadura significava enfrentar obstáculos apresentados pela rejeição de grande parte da sociedade a atos públicos promovidos por mulheres e, sobretudo, mulheres comunistas, como também pela violência dos policiais, que segundo elas “sempre estavam dispostos a empregar sua *força* contra o que supunham ser a parte *fraca*.”¹¹

No Paraná, por exemplo, para impedir que a 1.^a Conferência Estadual de Mulheres fosse realizada, os jornais da *imprensa de referência* recusaram-se a atender o pedido da vereadora comunista Maria Olímpia Carneiro para divulgar o evento, alertando os leitores para o perigo das ações subversivas destas mulheres que empenhadas nas atividades pela paz, “faziam o jogo da demagogia comunista, acrescentando em sua rotina diária uma série de aborrecimentos.”¹² A licença concedida para a realização do Congresso foi cancelada e a polícia política ameaçou intervir, caso as mulheres se manifestassem contra esta decisão. Porém as militantes, com o apoio da imprensa partidária, organizaram a sua divulgação e transferiram o local do encontro.

Importa aqui destacar, que ao reforçar a resistência do movimento, arrebatando da *imprensa de referência* e da polícia política esse meio de interdição, as mulheres proporcionaram a esta um caráter imponderável e invisível, protegendo assim a sua existência, uma vez que a reunião foi realizada com o êxito esperado.

Ao desafiarem estes órgãos, as militantes não manifestaram dúvidas quanto às certezas de sua ação revolucionária e ao aspirarem transformações, reproduziam um imaginário que assegurava ao grupo comunista uma identidade social, alimentado por suas experiências socialmente demarcadas, tanto no passado como no presente.

Enfim, os exemplos acima mencionados esboçam, mesmo que parcialmente, uma entre as inúmeras atividades das mulheres comunistas no início do *estado* da Guerra Fria,

importando aqui considerar que, baseado nas imagens e representações que aventam modelos exemplares de sociedades mais justas, o desejo de um mundo novo alimentava o imaginário das militantes, indicando-lhes um caminho a ser percorrido. E por permitirem se *utopizar*, encontraram estas mulheres no projeto comunista, o material necessário para organizar de maneira lógica e racional, o sentido da sua existência.

E se hoje, recuperar a trajetória do grupo comunista e, sobretudo, das mulheres do PCB, não é considerado um trabalho “viril”, porque o comunismo histórico não representa mais uma “história quente”, uma vez que fracassou, devemos respeitar as idéias de que as análises das experiências compartilhadas e das utopias vivenciadas por estes homens e mulheres, não estão destituídas de significados e de significantes, afinal, os problemas aos quais o projeto comunista chamava a atenção ainda permanecem. A adaptação do ser humano à sua própria degenerescência cresce assustadoramente, a fome, a miséria, a pobreza, a incompreensão da alteridade, continuam a condenar as pessoas a viverem em um mundo de injustiças, esmagadas pelo *sonho da onipotência*, de determinados “magnatas” econômicos que se apresentam como imutáveis e inatingíveis.

O passado sobrevive em nossos desejos, aspirações, pulsões e não nos libertaremos dele pelo simples esquecimento, pois ele está sempre sendo (re)visitado e questionado. Por essa razão retirar as mulheres da *condescendência da posteridade*, implica em preservar a memória do grupo comunista, no intuito de estimular novas revisões e interpretações, àquelas pessoas que hoje desejam buscar novas vias que superem o simplismo das soluções maniqueístas, possuindo como norte, o ideal permanente de uma sociedade onde exista liberdade política e individual, mas que também seja igualitária.

Desta maneira, não seria prudente desprezar a história das mulheres do Partido Comunista do Brasil, pois as idéias, experiências, desejos e pulsões compartilhadas e traduzidas no seu cotidiano político mudaram a história do PCB e contribuíram para transformar também a nossa história.

Notas

- 1 Este texto foi extraído do Capítulo 2 da Dissertação de Mestrado intitulada: *Momento Feminino: mulheres e o imaginário comunista*. Uma nova história; uma história nova (1945–1956). 2003, UFPR, 161p., e desenvolvida sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Judite Maria Barboza Trindade.
- 2 STÁLIN. Citado in: Comitê Nacional do PCB. a luta pela paz: nossa tarefa central e decisiva. *A Voz Operária*. Suplemento. Rio de Janeiro, 15 mar. 1950. p. 21.
- 3 Oliveira, Iracy S, *Entrevista*. Curitiba, 13 de ago. 1997.
- 4 CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999. p.177-183.
- 5 CUCHE, Denys. *Ibid.* p.177.
- 6 BOLDYRIEW, N.I. *A Formação da Moral Comunista*. Rio de Janeiro: Vitória, 1952. p.21.
- 7 GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.183-184.
- 8 MOCHEL, Arcelina. Nossos problemas. *Momento Feminino*. Ano I. n.º 2. Rio de Janeiro. 1.º ago. 1947. p. 2-3.
- 9 GIRARDET, Raoul *op.cit.*, p.182-183.
- 10 Liberdade para estes patriotas. Elisa Branco, bandeira e símbolo. *A Voz Operária*. Ano II. n.º 69. Rio de Janeiro, 08 set.. 1951. p.5.
- 11 GOTO, Arcelina Mochel. 8 de março. Dia Internacional da Mulher. *A Voz Operária*. Ano IV. n.º 146. Rio de Janeiro, 08 mar 1952. p. 11.
- 12 A Conferência das Mulheres. *O Dia*. Curitiba, 16 dez. 1951. s/p. In: DEAP. DEOPS. *Federação das Mulheres Paranaenses*